

O Socialista



JORNAL DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA

[EDITORIAL]



Com a apresentação de um pacote de tarifas “recíprocas” globais pelo governo de Donald Trump e a intensificação da guerra comercial com a China, desde o início de abril, testemunhamos uma aceleração da conjuntura internacional marcada por acentuada instabilidade e pela tentativa de reconfiguração da ordem econômica e política vigente. A imposição de um conflito tarifário desencadeia mais um passo na escalada das tendências abertas desde 2008, ainda não postas a cabo, mas intensificadas pela pandemia e as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, figurando-se na intensificação das disputas interestados, mas também interburguesas internacionais e nacionais, gerando crises políticas de toda espécie, no fortalecimento da economia de guerra e na erosão das formas de dominação do sistema capitalista, sobretudo a democracia burguesa.

A guerra alfandegária é o centro da política implementada por Trump em seu segundo mandato, empregada como principal tática desse governo, cujo objetivo manifesto é avançar com os esforços de recuperação da hegemonia econômica no mundo, frente ao avanço da China, na tentativa de delinear uma saída para a decomposição imperialista. O protecio-

nismo trumpista calcado na ideia do movimento MAGA é fundamentalmente a expressão direta da decadência do imperialismo e o atual governo de Trump funciona como um catalisador dessa decadência.

A cada período, fica mais evidente que a ancoragem de um sistema político erguido nas últimas décadas com base no equilíbrio instável do pós-guerra, centrado nas Nações Unidas e nas instituições de Bretton Woods sob a égide do próprio EUA, dá sinais flagrantes de estar caminhando à falência.

O objetivo de Trump ao impor uma série de tarifas sobre bens importados nos EUA é tentar reduzir a sua demanda, diminuindo o déficit comercial com outros países e forçando o investimento e a produção interna. Ou seja, uma política que pretende aumentar a produtividade estadunidense, buscando enfrentar e disciplinar a China, tensionando a dinâmica do processo de assimilação dos ex-Estados operários. Fato é que a ideia de Trump de forçar uma negociação global para reorganizar a produção mundial amplia sua própria crise, impedindo uma realocação ordenada do capital.

O cerne das medidas reside na imposição de uma tari-

**EDITORIAL Pág. 1****UNIÃO EUROPEIA: UE EM RUÍNAS
E A URGÊNCIA DA LUTA DE CLASSES. PÁG.4****ORIENTE MÉDIO: EXPRESSÃO MAIOR DA CRISE DO
CAPITAL PÁG. 6****ARGENTINA****UMA IMPORTANTE GREVE COM EPICENTRO NA
INDÚSTRIA. PÁG. 8****CHILE:****A INCERTEZA DA SUB-BURGUESIA "NACIONAL".
PÁG. 9****BRASIL****A GUERRA A GUERRA TARIFÁRIA E OS LIMITES DA
FRENTE AMPLA. PÁG.10****SINDICAL****SÓ A GREVE GERAL PODE DERROTAR OS ATA-
QUES DE TARCÍSIO E NUNES. PÁG. 13****TRQI DECLARAÇÃO 1 DE MAIO. PÁG.15****- CAMPANHA FINANCEIRA -****CONTRIBUA COM A LOI****PIX - loioposicaodeluta@gmail.com****CONTATO: loioposicaodeluta@gmail.com.br**

fa mínima de 10% sobre as importações para o mercado americano, com alíquotas significativamente mais elevadas para exportadores considerados relevantes, como a China (34%), o Japão (24%) e a União Europeia (20%). O método de cálculo dessas tarifas baseia-se em uma fórmula que relaciona o déficit comercial dos EUA com o valor total das importações de cada país, dividindo-se o resultado por dois. A China, em resposta imediata, anunciou tarifas retaliatórias de 34% sobre todos os produtos importados dos Estados Unidos, elevando o espectro de uma escalada rumo a uma guerra comercial sem precedentes.

Vale frisar que no momento de escrita deste editorial, a escalada tarifária entre EUA e China ultrapassavam 150%, contudo, em pouco mais de uma semana do anúncio das tarifas globais, Trump recuou, suspendendo-as por 90 dias, colocando-se abertos a negociações bilaterais aos seus termos. Também isentou das tarifas os semicondutores, smartphones e notebooks. Esse recuo se deu pela pressão dos grandes especuladores do mercado financeiro; em função do derretimento das bolsas em todo o mundo; e pela eclosão de uma crise no centro nervoso do governo, com embates públicos via redes sociais, expondo crises e uma flagrante disputa entre os setores de sua burguesia que começam perder mercados e capital ante os efeitos da política de risco trumpista, sobretudo os setores de altas tecnologias.

Ante esse cenário, avançam os BRICS+, agora ampliado com Arábia Saudita, Indonésia e Egito, a implementação de sistema de pagamentos, reduzindo a dependência do dólar. A União Europeia, por sua vez, aprovou um fundo de € 200 bilhões para subsidiar empresas afetadas por tarifas, sinalizando independência de Washington. A China, aproveitando o vácuo geopolítico, busca também atuar como mediadora em conflitos como o entre Rússia e Ucrânia.

Os efeitos dessa conjuntura foram imediatos, analistas apontam para um cenário de redução do crescimento econômico mundial e aumento da inflação. Há projeções que apontam um índice de 5% de inflação global para 2025, impulsionado pela elevação dos preços dos bens importados e pela incerteza nos mercados, dessa forma consequências econômicas do "tarifaço" apontam para uma forte recessão global.

A promessa de reconstruir a indústria americana e reduzir déficits, no entanto, colidiu com os efeitos nas condições de vida dos trabalhadores. Em vez de revitalizar a economia, as medidas aprofundam a crise doméstica. Apesar do discurso de Trump de que as

tarifas forçarão as empresas a retornarem à produção para o solo americano, e apesar de a produção industrial nos dois primeiros meses do ano ter crescido 0,7%, as projeções de receita do próprio governo indicam que a continuidade das importações é essencial para atingir as metas de receitas. Analistas já indicam que o custo anual das tarifas para as famílias poderia atingir US\$3.800.

Trump tenta construir uma base social com a recuperação de uma aristocracia operária, como resultado da reindustrialização, inclusive com a colaboração de burocracias sindicais, que apoiam o tarifaço, como UAW (United Auto Workers), que congrega vários ramos da produção (automotivo, aeroespacial, agrícola, universitário, hospitalar e outros), o que sustentaria politicamente seu plano político. A questão é que frente a intensificação da luta de classes com a pactuação de uma nova relação entre capital versus trabalho, essa recuperação se revela impossível, uma vez que a superexploração avança como nunca. Isso escancara as contradições em que o governo trumpista está mergulhado.

A crise política interna se aprofunda na medida em que o governo avança com políticas anti-imigração, com perseguições e deportações. A intimidação de dissidências e o endurecimento contra manifestações pró-Palestina em universidades e contra as próprias universidades são exemplos de políticas que intensificam as disputas interburguesas via instituições do Estado burguês, sobretudo por meio do judiciário dos estados, que tentam frear suas ações. É uma tempestade perfeita: inflação, desemprego e endurecimento do regime. A estagnação econômica e o encolhimento de setores médios deflagram fraturas sociais.

Esse cenário se desenha com o crescimento econômico de apenas 0,7% no primeiro trimestre de 2025, ante 3% da Zona do Euro, e uma queda acentuada no uso global do dólar — de 72% em 2020 para 58% nas transações internacionais, segundo o FMI. O descon-

tamento social explodiu em greves no setor automotivo, de transportes e protestos contra a carestia e a precarização do trabalho tornaram-se frequentes. No entanto, a resposta trumpista é mais repressão, criminalizando movimentos e ampliando o aparato repressivo. O paradoxo é evidente: ao buscar restaurar um passado industrial idealizado, Trump acelera o declínio que pretende evitar.

Toda essa conjuntura também acelera as tendências bélicas do último período. O protecionismo, a guerra comercial e as disputas por mercados elevam os gastos com defesa e a corrida armamentista entre os países. Os processos complexos e catastróficos de assimilação dos ex-Estados operários ao sistema imperialista implicam desequilíbrios na economia global e constituem um grande obstáculo às expectativas do

governo Trump de reorganizar os mercados e o fluxo de capital.

Nota-se, portanto, uma situação mundial convulsiva. É preciso enfrentar a guerra tarifária de Trump e seus efeitos catastróficos, o que objetivamente significarão um aumento da exploração e o

acirramento da luta de classes. A saída pela guerra não está descartada, conflitos em todo o mundo se intensificam. O objetivo por essa via não é outra coisa que estabelecer um reequilíbrio entre as classes pela destruição das forças produtivas. Para apontar uma saída proletária à conjuntura em curso, é fundamental remontar a premissa do internacionalismo proletário. O proletariado norte-americano tem o potencial de enfrentar a política imperialista em seu próprio Estado - evitando a saída nacionalista que permitia Trump ir à guerra - atingindo a sua base de sustentação que é a produção. É preciso, portanto, superar a crise histórica de direção revolucionária que se apresenta, cada vez mais intensamente, como a crise da humanidade.

Reforçamos o chamado para uma Conferência Internacional entre as correntes que reivindicam a ditadura revolucionária do proletariado como forma de avançar na reconstrução da IV Internacional e dotar os processos de luta de um direcionamento revoluci-





[UNIÃO EUROPÉIA]

UE EM RUÍNAS: ALEMANHA À BEIRA DO COLAPSO E A URGÊNCIA DA LUTA DE CLASSES

A produtividade na União Europeia, organismo reacionário e contrarrevolucionário, criado para impor a derrocada por suas forças produtivas aos ex-Estados Operários, sobretudo a Rússia, está em acentuado declínio. Entre 2000 e 2022, a produtividade da UE (medida pelo crescimento médio anual do PIB por hora trabalhada) manteve-se em 1,2%, mas a crise desde 2008 reduziu a taxa média para 0,9%.

Diante desse cenário, a UE aprofunda-se na crise econômica do capitalismo, com decorrências inevitáveis: inflação, desemprego em massa, falências, parasitismo e o acirramento das disputas entre as frações burguesas. Afinal, como previsto, "tudo que é sólido no capitalismo, se desmancha no ar", nenhum acordo diplomático ou unidade resistem nessa circunstância. A guerra Rússia-Ucrânia afetou drasticamente a cadeia produtiva da União Europeia, no contexto de energia. O Ocidente sancionou exportações energéticas da Rússia, que passou a direcionar sua produção ampliada à China, Índia e à Turquia, assim, desesperados e com poucas opções a UE se curvou à exportação de energia com alto custo dos Estados Unidos e do Oriente Médio.

Diante disso, a tentativa de redução de custos de sua produtividade, não só energético, mas sobretudo do capital variável, com a redução dos salários, direitos trabalhistas e sociais para aumentar a lucratividade dos grandes monopólios. Alguns executivos das multinacionais começam a cogitar sobre a necessidade de importar novamente gás da Rússia, o que seria uma guinada da política de embargos e sanções energéticas. Por sua vez, a França tem utilizado matrizes energéticas nucleares, enquanto a Alemanha, tendo menos alternativas energéticas e forte dependência de energia do exterior, segue em um baque recessivo, maximizado pela destruição dos gasodutos *Nord Stream*, destruído pela coligação militar ocidental-ucraniana, durante a guerra.

A UE já adiou por duas vezes a publicação de um programa político de restrição total ao gás russo, por conseguinte tem recorrido a processos de arbitragem

de empresas do bloco contra a Gazprom por não cumprimento de contratos de fornecimento de suprimentos de gás. As indenizações saltam aos olhos, os valores estão na ordem de 14 bilhões de euros. O executivo Didier Holleaux, cogitou a possibilidade de um acordo comercial para quitação da dívida da empresa russa, através do restabelecimento do envio de gás pela Ucrânia, o que na prática significaria uma retomada do comércio com a estatal russa. Não obstante, o CEO da DTEK, empresa privada de energia da Ucrânia, enxerga a oportunidade de auferir fortuna e lucratividade sem precedentes ao suprir e conquistar essa fatia de mercado importando gás dos Estados Unidos, armazenando no país para posteriormente vender à Europa.

O custo de vida na UE acelerou entre 2021 e 2023: a eletricidade subiu 35%, o gás 61,3%, os combustíveis líquidos 71,2% e os sólidos 73%. Esse repasse imediato aos consumidores agravou as condições de vida da população, combinado com perda de poder aquisitivo, salários estagnados e benefícios sociais insuficientes, cenário que se insere na crise mais ampla da interdependência produtiva mundial. O estreitamento do comércio exterior e os reordenamentos na divisão internacional do trabalho intensificaram as disputas interestatais e interburguesas, resultando em guerras tarifárias que favorecem os monopólios capitalistas em sua centralidade reacionária.

Sob os auspícios dessa decadência, os Estados Unidos, buscando reverter seu declínio produtivo, impuseram tarifas de 10% sobre a base geral da produção europeia e 25% sobre aço, alumínio e veículos automotores, afetando diretamente as cadeias produtivas globais, já que 1/3 das *Pick-ups* fabricadas na UE dependem do mercado estadunidense. O protecionismo, assim, desorganiza a produção, eleva custos, gera desemprego e especulações financeiras, aprofundando a crise estrutural do capitalismo.

Como resposta, Macron, conclamou aos demais ao boicote dos produtos estadunidenses, apontando que a União Europeia dispõe de um mercado de 450 milhões de consumidores. Sob forte pressão dos gran-

des monopólios imperialistas estadunidenses, o governo de Donald Trump, acabou por suspender por 90 dias as taxas adicionais, porém mantém as tarifas alfandegárias gerais em 10%. Em contrapartida, a União Europeia em retaliação a política externa estadunidense, impuseram respectivamente as tarifas entre 10% e 25%, sobre a soja, o frango e as motocicletas estadunidenses, o que traria um impacto econômico da ordem de 370 bilhões de euros às exportações dos Estados Unidos a União Europeia, que também, cogitou a ampliação das tarifas alfandegárias aos bens de serviços estadunidenses.

As relações comerciais internacionais constituem a coluna vertebral do capitalismo, restringir as forças produtivas - ainda que decadentes - às estruturas internas dos Estados capitalistas mediante fronteiras e barreiras tarifárias são políticas que carregam em si as contradições inerentes ao regime, frente à imperiosa necessidade de expansão comercial contínua. Dessa maneira, a busca incessante pela erradicação das barreiras alfandegárias - que limitam as bases econômicas do avanço imperialista no mercado mundial - constitui as raízes da guerra. Como a guerra é a continuação da política pelos meios violentos das forças cegas do capitalismo, ela só é levada a cabo em última instância.

Essa contradição entre a necessidade de expansão e os limites impostos pelo protecionismo explica por que o capitalismo, mesmo em tempos de paz relativa, prepara-se para a guerra. Por isso, os fundos de defesa, mecanismos para captar recursos financeiros bélicos, estão em franca expansão.

Ressaltamos que o rompimento do equilíbrio instável do capitalismo - no que diz respeito às relações interestatais - se expressa através de guerras tarifárias, guerra econômica ou bloqueios; já no âmbito das relações interclasses, explode nos embates políticos, nas greves, nos lockouts e nas lutas revolucionárias. Assim, a restauração desse equilíbrio só poderia ocorrer mediante um novo equilíbrio econômico e de classes, entre burguesia e proletariado, numa relação reconfigurada entre capital e trabalho. Porém, neste período de agravamento da crise capitalista, tal possibilidade está descartada. Logo, o período abre-se para tendências belicistas, cujo potencial desdobramento é a dualidade revolução/contrarrevolução.

O panorama aberto na União Europeia revela a ampliação da pobreza — 94,6 milhões de pessoas (21,4% da população) na miséria, segundo a Eurostat. Aos trabalhadores, restam os brutais ataques das reformas trabalhista, previdenciária e tributária, somados à implacável destruição do Estado de Bem-Estar Soci-

al. Enquanto isso, o regime em crise refaz-se pela destruição das forças produtivas para alimentar o capital financeiro.

Nesta espiral belicista, a UE avança no protecionismo e armamentismo. A Bélgica planeja aumentar seus reservistas de 6.000 para 20.000 jovens recrutas; os Países Baixos pretendem saltar de 70.000 para 200.000 militares até 2030 — todos convertíveis em bucha de canhão para defender a propriedade privada da burguesia reacionária. Na França, o ministro da Economia, Eric Lombard, estuda criar produtos de poupança que canalizem recursos para o setor de defesa, enquanto instituições financeiras lucram com fundos de investimento em guerra, esses que se evaporarão com a destruição em massa.

No âmbito institucional, os ministros das Finanças da UE analisam a criação do *Mecanismo Europeu de Defesa (MED)*, que concederia empréstimos a países terceiros, como Reino Unido, Noruega e Suíça, para fomentar um mercado único de defesa, o controle de ativos militares estratégicos e o desenvolvimento de tecnologias bélicas. Tudo sob a alegação de 'redução fiscal', mas na prática, para alimentar o capital financeiro parasitário através do rearmamento supranacional.

A Alemanha, sob o governo de crise da coalizão CDU/CSU e AfD com o chanceler Friedrich Merz, acirram-se as contradições entre as frações burguesas. Este governo, revela seu programa político, o qual, recrudesce o aparato estatal policial contra migrantes, aplica reformas previdenciárias e tenta revitalizar a indústria nacional através de novas matrizes energéticas.

Para financiar seu rearmamento, o Parlamento alemão aprovou um fundo de 500 bilhões de euros - endossado por sociais-democratas até ecossocialistas - que acelerará a destruição do Estado de bem-estar social. Neste cenário, onde o capital tem pátria, mas os trabalhadores não, estes não devem cair na armadilha do 'patriotismo' que os transforma em bucha de canhão na guerra para defender a propriedade privada burguesa.

A economia alemã, já em estagflação com produtividade decrescente, viu-se ainda mais impactada pela guerra Rússia-Ucrânia, que elevou custos energéticos, inflação e desemprego. Setores estratégicos como siderurgia, química, engenharia mecânica e automotiva enfrentam declínio há cinco anos, com risco de perder 5,5 milhões de empregos, segundo relatório do Centro para Reforma Europeia. A interrupção das cadeias globais pós-pandemia reduziu ainda mais a demanda por produtos alemães.

A concorrência chinesa ampliou seu domínio no mer-

Os conglomerados alemães (Volkswagen, Daimler, BMW, Siemens e Basf - maior química mundial) receberam 2,096 bilhões de euros em investimentos em 2020. Apesar da indústria de transformação ainda representar 26,6% do PIB (contra 18,4% nos EUA e 16,8% na França), o protecionismo alemão tem levado pequenas e médias empresas à bancarrota, enquanto os altos impostos e custos energéticos sobrecarregam as operações. A desestruturação das cadeias globais, a crise energética pós-Ucrânia e problemas estruturais (escassez de mão-de-obra qualificada, barreiras comerciais e falta de investimentos em infraestrutura) levaram a uma queda de 12,2% na produção industrial desde 2018. Enquanto a França tenta conter a concorrência chinesa atacando os trabalhadores, a burguesia alemã segue na mesma toada, transferindo o ônus da crise para os trabalhadores através da precarização laboral, cortes na assistência social e pressão sobre desempregados. As direções burocráticas sindicais alemãs, por sua vez, não apenas aceitaram como pressionaram os trabalhadores a renunciarem a aumentos salariais e direitos trabalhistas e sociais em troca da suposta manutenção dos empregos — medida que só elevou os lucros das empresas.

Neste cenário, a busca por estabilidade econômica - concentrada nos países mais atrasados e setores industriais em colapso - acaba por impor uma 'estabilização às avessas': um nivelamento por baixo da vida econômica em escala global, aprofundando a crise rumo a uma depressão mundial. Diante deste quadro funesto, apenas o internacionalismo proletário pode alterar o curso da história. Cabe aos trabalhadores europeus romperem com as direções burocráticas sindicais, tomar em suas mãos o controle da produção através de ocupações fabris, sabotar a indústria de armamentos que ameaça suas vidas e seu futuro, derrubar os mecanismos de financiamento bélico e, por fim, libertar-se definitivamente do jugo do capital mediante a ditadura revolucionária do proletariado - única saída real frente à barbárie.

ORIENTE MÉDIO: A EXPRESSÃO MAIOR DA CRISE DO CAPITAL

O débil cessar-fogo entre Israel e Hamas teve um fim trágico para o povo palestino que voltou a ser bombardeado incessantemente sob o pretexto da libertação dos reféns sionistas que ainda estão sob o poder do Hamas, inclusive um estadunidense com dupla cidadania. Somente no mês de março foram 1600 mortos pelas forças israelenses, além do deslocamento

forçado dos sobreviventes, avanço do projeto de limpeza da região para o estabelecimento dos negócios turísticos e energéticos do imperialismo e dos sionistas para Gaza.

Nas disputas com Rússia e China, o imperialismo avança ferozmente sobre o território de Gaza procurando se sobrepor aos ex-Estados Operários como produtor e fornecedor de energia e matéria-prima. As flutuações constantes dos preços do petróleo como vimos no último período, impostas pela OPEP, contribuem para que o imperialismo e seu enclave acelerem a destruição e a evacuação do território palestino, em função de melhor se posicionar nessa disputa.

Em meio a progressão do massacre, EUA e Irã negociam indiretamente, com a mediação de Omã, acerca da retirada das sanções econômicas impostas aos persas em virtude do rompimento dos acordos sobre o enriquecimento de Urânio pelos iranianos. O acordo de 2015 com o imperialismo previa que o Irã poderia enriquecer seu urânio em até 3,67% - teoricamente o valor necessário para o uso civil da energia nuclear - mas hoje esse número chega a 60%, próximo aos 90% necessários para a produção de bombas atômicas, tornando o debate crítico, pois enquanto o governo iraniano afirma que sua nação tem o direito a soberania energética, os estadunidenses exigem que o país importe todo o urânio enriquecido de que precisa, sem ter direito a nenhuma parcela de enriquecimento dentro do seu país.

Os norte-americanos reduzem pela metade sua presença na Síria onde, após a deposição de Bashar Al Assad, historicamente apoiado por Irã e Rússia, tem novo governo agora mais alinhado aos interesses do imperialismo, a atuação estadunidense agora será pontual, atuando contra células terroristas. Uma vitória estratégica do imperialismo yankee, que pode centrar mais forças militares e econômicas na limpeza étnica em Gaza.

A crise se estende até as portas da Europa, com a Turquia em ebulição com uma inflação acumulada nos últimos 12 meses de 70%, atingindo duramente a população mais pobre, principais apoiadores de Erdo-

gan, que encarcera seu principal rival a presidência do país, o prefeito de Istambul, desencadeando protestos massivos com mais de 1400 detidos. É a principal fronteira da OTAN no sudeste europeu, muro de contenção para milhares e milhares de refugiados de guerra do Oriente Médio, e Erdogan se aproveita dessa condição para expandir os limites de sua atuação, recrudescendo ainda mais seu regime centralizador e já bastante militarizado.

As saídas diplomáticas ou "democráticas", no âmbito das sacrossantas democracias burguesas, já não servem mais às burguesias imperialistas, o que se impõe são as saídas autoritárias, com o recrudescimento de regimes, e o aumento das tendências bélicas, exemplificadas tão bem na questão Palestina e na questão ucraniana. É o total fracasso das "Primaveras árabes", tão alardeadas pelos centristas, e também o resultado da traição das burguesias árabes, que chafurdam em petrodólares manchados de sangue.

Sabemos que diante desse contexto que, para a classe trabalhadora em peso restará a fome, as migrações em massa, o genocídio e a miséria. Não há saída que não passe por uma solução operária e classista. A política de frentes, defendida cegamente pelo centrismo, deve ser trocada por uma política que interfira nas bases econômicas, deve ser encampada nos sindicatos de todo o mundo, em especial estadunidenses e europeus, onde estão os maiores fiadores e financiadores dos genocídios, através de nossos métodos históricos, lançando mão da solidariedade internacional e do internacionalismo operários.

Devemos levantar a luta pela destruição do enclave israelense, a entidade de ocupação sionista e imperialista no Oriente Médio, e contra todos os governos burgueses da região (árabe, turco e iraniano) cúmplices do massacre do povo palestino, lutando pela Federação das Repúblicas Socialistas do Oriente Médio como forma política da ditadura do proletariado.

Essas grandiosas tarefas só poderão ser realizadas se primeiro solucionarmos o problema das direções revolucionárias do proletariado, que mais uma vez se mostram ser a razão da crise da humanidade.



UMA IMPORTANTE GREVE COM EPICENTRO NA INDÚSTRIA

[ARGENTINA]

A mobilização de 9 de abril em defesa dos aposentados e a greve de 10 de abril demonstraram que o que começou como uma resistência de setores de vanguarda contra a política governamental e as políticas de austeridade de Milei e seus aliados entrou em uma nova fase, com grandes segmentos do movimento operário industrial, de serviços e de logística aderindo ao movimento. Um grande debate surgiu entre amplos setores da população, tanto entre aqueles que pararam quanto entre alguns que não conseguiram, sobre o que fazer com Milei. Após um ano e meio no cargo, o presidente não conseguiu mostrar nenhuma melhora nas condições de vida e agora prepara um novo ajuste via desvalorização, acordo com o FMI e aceleração da inflação. De fato, no dia seguinte à greve, a taxa de inflação mensal foi anunciada em 3,7%, mesmo ainda sem que a desvalorização e o acordo tivessem sido alcançados, o que prenuncia um cenário mais agudo. É sintomático que mesmo os cenários de desvio, como as eleições, não tenham conseguido ganhar força, tampouco as opções de frentes anti-Milei tentadas no ato de 24 de março. Não puderam desviar os conflitos das ruas e dos locais de trabalho para levá-los às instituições do regime. Nesse cenário caótico, a situação global acelera a crise econômica e política de um governo que fracassou em suas políticas econômicas e agora precisa recorrer a resgates externos em um momento convulsionado pela guerra comercial.

Portanto, apesar da política da burocracia sindical, que tentou, através da greve, dar uma resposta contenciosa às lutas agudas que se expressaram de forma condensada nos protestos dos aposentados de quarta-feira contra a repressão governamental, não conseguiram atingir seu objetivo. Uma paralisação isolada não será capaz de impedir os ataques que estão por vir e, ainda que, esta greve ocorreu de forma preventiva. Portanto, ficou demonstrado que deve ter continuidade, diante do recrudescimento dos ataques aos salários e às nossas condições de vida. A burocracia negligenciou a construção e mobilização da greve, mesmo assim, a paralisação atingiu as principais fábricas de automóveis, metalúrgicas, bancos e portos e, mais importante, a greve se deu em Vaca Muerta.

Isso mostra que as forças para confrontar e derrotar o governo de Milei estão postas. As relações de poder são medidas na produção; é aí que reside a base da dominação da burguesia e de suas instituições. Daí o pânico do governo de Milei, que teve que desacreditar a medida, dizendo que a greve foi um fracasso, para logo depois reconhecer tudo o que a comunidade empresarial perdeu devido à greve. Ouvimos Bullrich dizer que não há mais greves gerais no mundo, demonstrando um medo visceral dos métodos da

classe trabalhadora, que inevitavelmente retornará globalmente se a solução buscada pelo imperialismo e pelos países em processo de assimilação, como a China, for a guerra e os ataques aos trabalhadores para pagar pela crise que não criamos.

Devemos impulsionar um Primeiro de Maio internacionalista e combativo com eventos e comícios em todas as províncias, onde os trabalhadores que enfrentaram o governo desde o primeiro dia, os camaradas que se destacaram na resistência ao ajuste e os trabalhadores que lutam contra a burocracia sindical e são referência em suas fábricas possam expressar suas vozes. Realizemos atos com independência de classe que levistem a necessidade de promover uma direção revolucionária que seja uma alternativa às frentes anti-Milei e às soluções eleitoreiras de uma direção contrarrevolucionária como o PJ e suas variantes.

Portanto, devemos redobrar a militância dentro das estruturas de trabalho para preparar as condições para impor uma nova greve geral, a reabertura das negociações coletivas diante da desvalorização iminente e votar em delegados nas assembleias nos locais de trabalho para convocar um Congresso de delegados de base com mandato, tanto de empregados como de desempregados. Ao longo do caminho para este Congresso, devemos promover plenárias de oposição sindical por ramo para organizar a militância, não apenas no nível sindical, mas também com o objetivo de responder à necessidade de construir um partido revolucionário como uma seção da IV Internacional reconstruída.

- Abaixo o protocolo Bullrich. É necessário discutir e organizar a autodefesa contra a repressão do regime nos momentos de luta.
- Pela dissolução da polícia e de todo o aparato repressivo.
- Abaixo o plano da motosserra e do liquidificador de Milei e seus aliados.
- Não ao pagamento da dívida externa. Fora FMI!
- Abaixo Milei! Vamos derrotar o ajuste do imperialismo, Milei e os governadores. Por um governo dos trabalhadores.
- Pelo triunfo de todas as lutas dos trabalhadores. Vamos promover a solidariedade de classe em todos os locais de trabalho.
- Por um Congresso de delegados de base com mandato de trabalhadores empregados e desempregados. Vamos impor um plano de luta à CGT e à CTA com paralisações gerais para preparar a Greve Geral!

A INCERTEZA DA SUB-BURGUESIA "NACIONAL"

[CHILE]

A guerra tarifária lançada por Trump causou "insegurança" entre as sub-burguesias latino-americanas em relação às relações comerciais de exportações com os Estados Unidos. No caso chileno, o golpe atinge as indústrias de salmão, frutas e vinho, que seriam afetadas pela aplicação de tarifas de 10% sobre as importações, provocando desequilíbrios no chamado "modelo chileno" de "economia de mercado aberta". Essa orientação do imperialismo norte-americano contra o "multilateralismo comercial", expressa nos Acordos de Livre Comércio, desorienta uma burguesia local que se vê surpreendida pelas artimanhas do amo imperial do Norte, com quem mantém uma relação histórica de submissão.

Embora a aplicação da tarifa seja baixa em comparação a outros países, isso levou a uma série acelerada de negociações pelo governo como porta-voz das empresas "locais" nos Estados Unidos. Além do impacto econômico que pode ter sobre o país, a decomposição imperialista, as guerras Rússia-Ucrânia, as guerras e desequilíbrios no Oriente Médio, a falta de uma mediação forte e os elementos de crise social criam um ambiente propício para "explosões sociais" ou processos mais agudos de luta de classes, que a burguesia teme.

A verdade é que a burguesia esgotou seus fusíveis com o desvio constituinte e vem aprovando reformas que buscam fortalecer o aparato repressivo, aprovando leis que atacam as condições de trabalho da classe trabalhadora, como a lei do trabalho flexível (40 horas), a reforma da previdência para dar mais aos Administradores do Fundo de Pensão etc. Também não descartam reformar o sistema eleitoral para recompor "grandes blocos políticos" e impedir parlamentares indisciplinados; em outras palavras, um movimento para fortalecer o domínio capitalista contra a classe trabalhadora.

Em todos esses ataques, a burocracia sindical tem sido cúmplice do governo e dos capitalistas, e também tem se reposicionado para o cenário eleitoral deste ano para enganar os trabalhadores, incitando-os a votar em seus algozes.

No último 3 de abril, a CUT convocou uma segunda

greve nacional que teve grande adesão, tanto nos diversos setores públicos, quanto nas mobilizações convocadas.

Essa mobilização de trabalhadores da saúde, educação e outros setores públicos demonstrou a disposição dos trabalhadores de enfrentar os ataques dos governos nacional e municipal e diferentes organismos do estado.

E, apesar da retórica, a política do governo está alinhada às demandas do grande capital para ajustar o orçamento do estado, congelando-o, o que também causa a demissão de funcionários públicos contratados e honorários.

No ato, durante a greve, a burocracia da Central fez discursos inflamados sobre a "classe trabalhadora" e sobre ter lotado todas as cidades do país, ao mesmo tempo em que manteve apoio sistemático ao governo em um esforço permanente de conciliação com os organismos empresariais.

A razão subjacente para essa realocação da burocracia da Central, que convoca uma greve e mobilização, é tentar usar os trabalhadores como base de manobra para encobrir um governo que tem sido sistemático na austeridade e na repressão. Com a velha retórica de "enfrentar a direita" ou de que a "direita" é o que impede a mudança, se preparam para pressionar no último ano de seu governo como forma de buscar derrotar um ou outro projeto de reforma em uma operação pré-eleitoral.

Estão ocorrendo processos de lutas de trabalhadores, como as dos professores de Magallanes e dos funcionários da Starbucks. Embora não tenham conseguido obter vitórias sobre as patronais, servem como lições para desenvolver a independência de classe em relação ao Estado e aos patrões.

Diante desse cenário de decomposição imperialista, é crucial resgatar nossas organizações das mãos da burocracia e forjar a direção revolucionária, a IV Internacional, que desenvolverá o programa de transição, a tomada do poder pelo proletariado, organizará o proletariado e preparará as etapas da ditadura do proletariado.



A GUERRA TARIFÁRIA E OS LIMITES DA FRENTE AMPLA

[NACIONAL]

A guerra comercial iniciada pelo governo Trump, que impôs tarifas ditas recíprocas globais e abriu com a China uma escalada de taxações sem precedentes, aprofunda a crise econômica e acelera as tendências abertas de estagflação e recessão globais. Apesar de recuos táticos após pressões de vários setores da burguesia, esses reflexos no Brasil são imediatos sobre as exportações de minérios e commodities agrícolas, que podem enfrentar barreiras tarifárias. A inflação importada já pressiona preços internos, sobretudo dos alimentos que já batiam recordes no início do primeiro trimestre, ampliando a crise social e impactando concretamente as condições de vida da classe trabalhadora.

Em resposta à política protecionista trumpista, foi aprovada pelo Congresso uma lei de retaliação comercial, autorizando medidas compensatórias contra os EUA. A iniciativa, que soa como “nacionalista”, esconde contradições, enquanto o discurso oficial critica o protecionismo norte-americano, a diplomacia age, sob comando de Alckmin, vice-presidente, para manter diálogo subordinado aos interesses do capital transnacional. Alckmin, articulador-chave nas negociações, evita confrontos diretos com Washington, pri-

orizando acordos que beneficiam setores financeiros e industriais aliados. A ameaça de acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) revela-se mais como teatro político do que como estratégia efetiva para responder à guerra de tarifas, sobretudo, num momento de declínio das instituições do pós-guerra.

Frente a esse cenário, a busca por novos mercados tornou-se prioridade. Em março, Lula visitou o Japão e o Vietnã, para ampliar o mercado de proteína animal, enquanto comitivas chinesas desembarcam no Brasil para inspecionar os níveis sanitários da produção de carne. O objetivo é claro: garantir lucratividade para o agronegócio, setor responsável por 48% das exportações brasileiras em 2024. No entanto, a “diversificação” anunciada pela Frente Ampla burguesa reforça velhas amarras: o país aprofunda seu papel de exportador de commodities, enquanto amplia-se a fome e a insegurança alimentar em todas as regiões do país.

A disputa entre EUA e China por recursos estratégicos acentua-se na esteira da Guerra comercial. A corrida por terras raras, minerais essenciais para tecnologias verdes e eletrônicos, ilustra a disputa nas semicolônias pelos insumos da nova indústria de alta tecnolo-

gia. A China avança no Brasil, com investimentos em mineração e infraestrutura, enquanto os EUA pressionam por manter a “usucapião” sobre seu quintal. O avanço sobre a construção do corredor bioceânico com grandes aportes chineses é uma das muitas frentes que foi tratada durante a visita de Gabriel Boric à Brasília, além do acordo firmado e centrado em energia e mineração, o que expressa a integração irrestrita dessa nova divisão do trabalho mundial a se conformar.

A tática é manter os índices macroeconômicos, que

da classe trabalhadora.

O governo apresentou no congresso o PL da reforma da renda, que isenta as rendas de até cinco mil reais e taxa os ditos super-ricos, tentando emplacá-lo sob o discurso de justiça tributária e combate à desigualdade. O Parlamento, que é o balcão de negócios da burguesia, continua presidido por nomes do centrão, que por sua vez é a representação direta dos interesses do agronegócio e do capital financeiro; tenta emplacar a anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023. A antecipação da corrida eleitoral de



seguem como cortina de fumaça sobre a crise social. O PIB de 2024 cresceu 3,4%, impulsionado pelo agronegócio, mas o quarto trimestre já registrava desaceleração. Enquanto o governo celebra a criação de 43,9 mil vagas formais em fevereiro, a inflação de 1,31% no IPCA corroeu o poder de compra, especialmente em alimentos. Dos novos empregos, 76% são de baixa remuneração, sem garantias trabalhistas, reflexo da precarização estimulada via plataformas digitais e terceirizações.

Na tentativa de responder à alta inflacionária dos alimentos, o governo adotou medidas que visam, em curto prazo, uma recuperação de popularidade. Como exemplo, zerou tarifas de importação de 18 produtos, incluindo carne e café, alegando combate à especulação. Paralelamente, lançou empréstimos consignados para trabalhadores da iniciativa privada, abrindo o flanco para a ampliando do endividamento das famílias – um aporte imediato que beneficia bancos e foco no consumo, mas de fato aprofunda o endividamento

2026 explica a leniência de Lula com o centrão, visando garantir uma governabilidade permanentemente débil. A reforma ministerial que representaria a conformação de uma Frente Amplíssima, deu com os burros n’água, diante da queda brusca nos níveis de popularidade. Apresentada como um “upgrade”, reformas na estrutura de governos servem apenas para acomodar aliados e diluir responsabilidades em um governo de crise mirando votos.

Importante salientar que os índices de pesquisas de opinião dimensionam o peso da condição objetivas de vida cada vez mais precarizada. 58% reprovam a política econômica, citando inflação e desemprego. O slogan “O Brasil é dos brasileiros”, lançado após o anúncio das tarifas de Trump, soa como retórica vazia. E frente a toda a precarização e exploração, as greves do primeiro trimestre são sintomáticas. Em março, petroleiros paralisaram unidades da Petrobras contra o corte do home office, enquanto ferroviários da CPTM, em São Paulo, suspenderam protestos após

concessões mínimas. A greve nacional de entregadores por aplicativo, na esteira dos oportunismos reformistas acerca da luta contra a escala 6x1, colocou em xeque os altos lucros de toda uma lógica de exploração em cadeia. No momento dessa escrita, os trabalhadores da educação municipal de São Paulo travam uma dura luta, em greve, contra a destruição de direitos, um brutal arrocho de salários e o avanço do projeto privatista sobre a educação pública.

No momento dessas lutas, o governo federal anunciou planos para regulamentar greves no serviço público, alegando “garantir serviços essenciais”. Trata-se de um ataque frontal à organização dos trabalhadores. Uma clara tentativa de frear o movimento de massas diante da situação de crises que ameaçam a estabilidade do governo em ano pré-eleitoral.

Ante ao cenário recessivo, inflacionário e de aprofundamento das crises diante da conjuntura externa, os limites das lutas dos trabalhadores esbarram na crise de direção revolucionária que se acentua na condução das direções burocráticas sindicais agindo como muro de contenção das lutas políticas contra o capital e seus agentes. As direções burocráticas sindicais usam o instrumento de luta dos trabalhadores como trampolim parlamentar, utilizam da política da pressão parlamentar, da judicialização das demandas dos trabalhadores, amarram-se ao calendário eleitoral, fazem coro com o centrismo no apelo às instituições burguesas, levando-os as derrotas, renunciam aos métodos de luta historicamente experimentados e acumulados pelos trabalhadores contra o capital.

A crise expõe o limite do projeto de Lula/PT, ao pactuar com o agronegócio, com os bancos e o capital financeiro. Na sua relação com o imperialismo, o Brasil seguirá refém de uma ordem global que aprofunda desigualdades. A pergunta que permanece é até quando o movimento de massa seguirá sem enfrentar essa Frente Ampla.

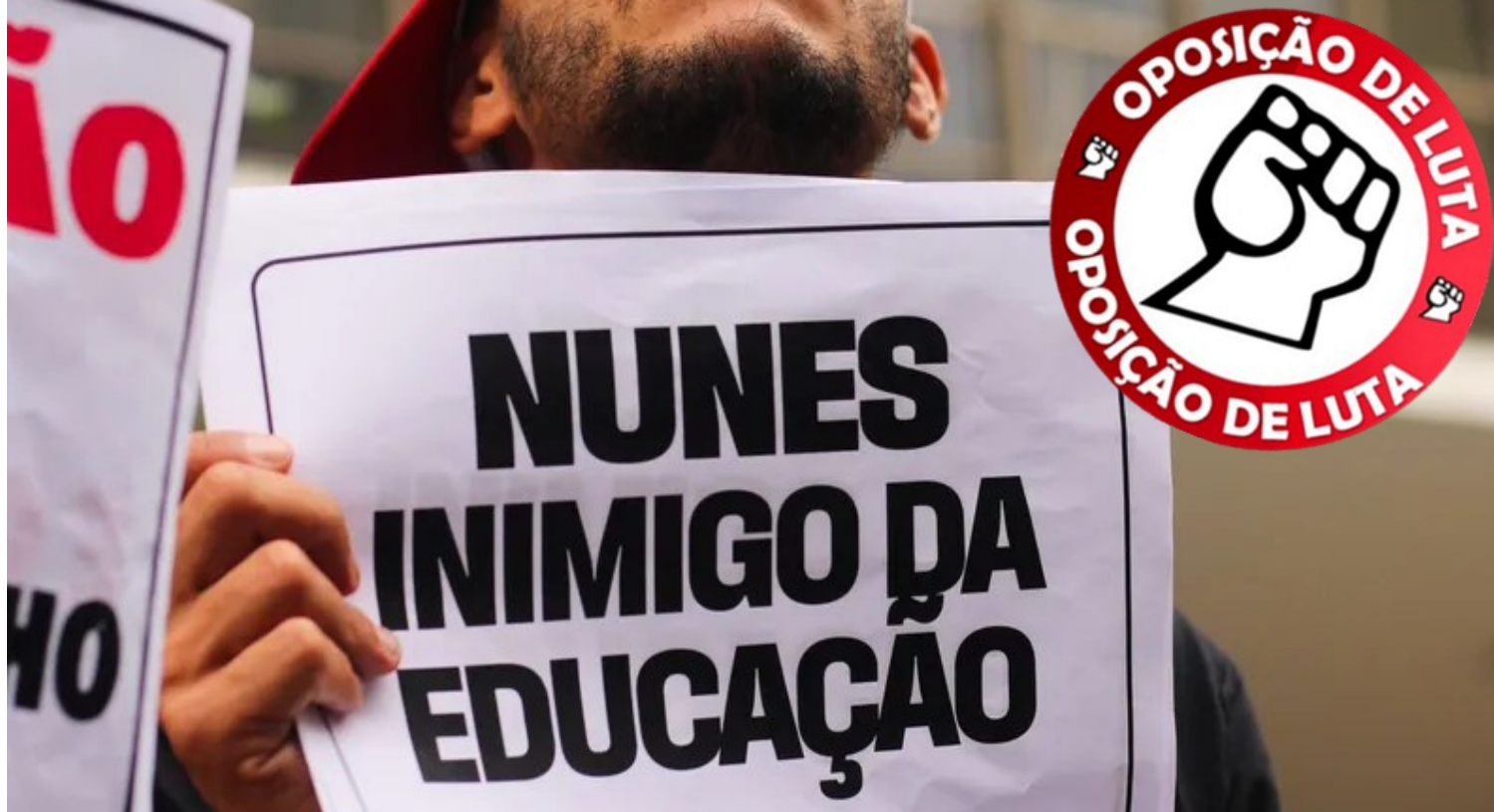
O fato é que as organizações sindicais e políticas de conjunto adaptadas à democracia burguesa se prestam exclusivamente a disputar espaços em seu aparato institucional. A opção é clara pela atuação parlamentar e de constante olho no calendário eleitoral. É dessa forma que as burocracias das centrais sindicais a CUT, a CGT, a INTERSINDICAL, e CSP-CONLUTAS, entre outras centrais, têm conduzido as lutas dos trabalhadores às sucessivas derrotas. Por fim, acabam por blindar a Frente Ampla burguesa ou entrar em disputa nos marcos das instituições burguesas com os governos de turno.

Nessa lógica, proliferam o conformismo, o imobilismo e o temor à ação direta, enquanto isso os governos de turno avançam com as Reformas Tributária, Administrativa e seu cunho político de longo alcance, a privatização. É urgente derrotar com o imobilismo das centrais e a política adaptada dos centristas!

Para tanto, é fundamental encampar uma batalha pela recuperação de nossos sindicatos, com um programa operário para a saída da crise econômica gerada pela burguesia, com a realização de assembleias que exijam das centrais sindicais a realização de um congresso de delegados eleitos pela base para a construção de um plano de lutas dos trabalhadores para a construção da Greve Geral, como saída para a crise econômica e contra as políticas dos governos de turno sejam imperialistas e nos bonapartismo suigeneris.

Para nós, revolucionários, é imprescindível que denunciemos o estado burguês como a ditadura de classe da burguesia. É preciso desmascarar o conteúdo de classe das instituições democráticas, defendendo a ditadura do proletariado como forma estatal do proletariado organizado.





SÓ A GREVE PODE DERROTAR OS ATAQUES DE TARCÍSIO E NUNES!

Enquanto a Apeoesp e a Coeduc transformam assembleias em teatros burocráticos e sabotam a construção das lutas, os governos estadual e municipal avançam com a destruição da educação pública.

No final do ano, foram os professores readaptados e licenciados, na maior parte das vezes por culpa do trabalho já precarizado, que sofreram com o ataque do governo: a partir de 2025, readaptados e professores em licença perderiam o direito a JEIF, ou seja, teriam seu salário consideravelmente reduzido, o resultado disso foi uma corrida desesperada para cessar readaptações e professores com problemas importantes de saúde se recusando a se afastar para tratamento, com receio da perda salarial significativa que teriam.

Por fim, as malfadadas avaliações externas têm sua verdadeira faceta exposta, com seus resultados sendo utilizados como pretexto para o avanço das privatizações, com as 50 escolas com pior avaliação sendo escolhidas para receber um interventor externo e também as 20 escolas chamadas de "mais vulneráveis" (de acordo com critério desconhecido do próprio governo), tendo impostas a presença de um policial armado dentro da unidade (Outras unidades também têm recebido GCM's de tempos em tempos com justificativas pouco claras).

Diante da aceleração dos ataques, como se portam as direções sindicais da COEDUC (SINPEEM, SEDIN e SINESP)? Tão recuadas quanto suas correligionárias da APEOESP. As burocracias da COEDUC abraçaram o plano de lutas rebaixado aprovado no último congresso do SINPEEM e o utilizaram para conter o avanço da luta dos trabalhadores da educação, que desde o final de 2024 exigiam a convocação de assembleias e inclusive discutiam sobre iniciar o ano em greve, a única resposta das direções foi chamar uma plenária onde, apesar de toda o discurso a respeito da antecipação do calendário, não houve abertura de assembleia ou mesmo convocação, agora, após uma assembleia caótica em que se aproveitaram da dispersão dos trabalhadores ocasionada pela chuva, traem a categoria e ignoram todos esses ataques, arrastando uma campanha salarial esquizofrênica, com atos regionais arrastados, isolados e esvaziados, usando o mesmo pretexto da "preparação para a greve".

Poucas vezes se viu uma atuação tão acintosamente contra os nossos métodos históricos de luta, mesmo vindas dessas direções que há tempos estão encaste-

ladas, algumas, como no caso da presidenta do SEDIN, fundando novos sindicatos quando perdem o aparato em que estavam alocadas, em suma, se prendem a esses cargos como um parasita, o sindicato se torna, mais que seu modo de vida, é o seu sentido de existir. Agora, diante do recrudescimento do governo que enviou projeto de lei com proposta de "aumento salarial" de somente 2,6% para todo o funcionalismo, sem tomar conhecimento das entidades sindicais e do calendário estapafúrdio das suas direções, a realidade se impôs. As direções foram obrigadas a antecipar o calendário e defender, em assembleia, a greve com início imediato, o resultado foi óbvio, adesão imediata e unânime das dezenas de milhares de trabalhadores presentes à assembleia.

Agora, o desafio é retornar às escolas e convencer os companheiros de trabalho desacreditados dessas direções que vêm deliberadamente desacreditando a greve, dividindo e enfraquecendo os trabalhadores do funcionalismo ao entrar numa cruzada contra as outras entidades sindicais que representam o restante do funcionalismo, outra política que envelheceu mal, pois a necessidade de unidade se impôs às direções e a luta do funcionalismo foi unificada, à revelia dos burocratas.

As burocracias da COEDUC e da APEOESP, assim como outras mais ligadas ao reformismo e principalmente o centrismo, tomaram como política a deslegitimação da greve como método de luta. São fiadores do gover-

no federal e da Frente Ampla com a burguesia, aplicadores do novo Ensino Médio e defensores contumazes das avaliações externas que se tornaram o umbral dos trabalhadores da educação em boa parte do mundo e no Brasil inteiro. Ao blindar a Frente Ampla de qualquer manifestação que possa prejudicar seus objetivos puramente eleitorais, fragmentando os trabalhadores, enfraquecem seu potencial de organização e radicalização - como a COEDUC faz abertamente com o restante do funcionalismo público da cidade de São Paulo - desviam o trabalhador para as instâncias da democracia burguesa, esvaziam a greve, as ocupações, o fechamento de vias importantes e o trabalho junto a base. Se tornaram CÚMPLICES DA DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE TODO O FUNCIONALISMO PÚBLICO.

É por isso que a luta contra os governos não se basta por si só, até porque, com essas direções, a luta se dará sempre no campo dos governos e patrões, a nossa tarefa também é varrer essa burocracia parasitária que suga dos trabalhadores enquanto os leva a derrota. Essa batalha contra os governos, contra os burocratas, se opondo ao centrismo e o reformismo governistas se dará em luta, com os trabalhadores radicalizados e lançando mãos de seus métodos, por isso, trabalhadores da educação do estado devem aclamar a greve no dia 25/04, se juntando aos trabalhadores da educação da cidade de São Paulo e todo o funcionalismo público municipal que decidiram por greve no último dia 15/04.





1º DE MAIO: LEVATEMOS A BANDEIRA INTERNACIONALISTA DA CLASSE TRABALHADORA REVOLUCIONÁRIA!

TRQI



**TENDÊNCIA PELA
RECONSTRUÇÃO DA
QUARTA INTERNACIONAL**

Diante da crise capitalista e das políticas belicistas, o mundo continua a vivenciar uma fase que chamamos de decomposição do imperialismo e assimilação dos ex-Estados operários.

Os Estados Unidos lançaram uma guerra tarifária como resposta decadente a um imperialismo em crise, que não conseguiu estabilizar sua hegemonia com as instituições criadas no pós-guerra, nem assimilar os ex-Estados operários ao sistema de Estados capitalistas (o que implicaria a destruição de suas forças produtivas, o desmembramento territorial e a recomposição do império da lei do valor, substituindo a centralização burocrática estatal pelo sistema de monopólios, transformando-os em semicolônias). Isso levou todas as contradições do sistema, em crise, a explodirem no próprio coração dos Estados Unidos. Estamos testemunhando uma política muito aventureira e delirante de ruptura do instável equilíbrio do pós-guerra. Ou seja, assistimos a uma transição para uma nova reconfiguração de equilíbrios num momento agudo da crise capitalista.

A economia global caminha para uma recessão com elementos de depressão, com crises de dívida nas semicolônias e processos inflacionários em grande parte do planeta. O sistema capitalista expressa uma crise histórica na organização

das relações sociais de produção e nas suas formas de dominação. Entrou em uma contradição explosiva, pois não conseguiu conter a relação capital-trabalho dentro das instituições criadas para sua dominação e não conseguiu encontrar, no processo histórico, sua substituição por outra forma de dominação estatal burguesa.

Neste contexto internacional, os trabalhadores dos EUA têm a palavra. Eles devem enfrentar Trump e seus aliados, resgatar os sindicatos da burocracia sindical e da aristocracia trabalhista historicamente ligada ao Partido Democrata e conquistar setores do proletariado para uma política de internacionalismo e unidade entre os setores produtivos nos diversos países onde o capital imperialista penetrou.

Diante do colapso do Reino Unido, da União Europeia e do estado de bem-estar social, que só têm preparativos de guerra a oferecer, a resposta dos trabalhadores deve ser abrir processos revolucionários que enfrentem os governos imperialistas que nos colocaram nessa situação.

Devemos pôr fim às políticas belicistas do imperialismo em todo o mundo: para que a resistência palestina no Oriente Médio triunfe e destrua o enclave israelense e todas as lideranças contrarrevolucionárias; para o proletariado ucraniano e russo confrontar seus governos e desenvolver uma guerra revolu-

cionária para derrotar o processo de assimilação em curso; para que o proletariado chinês possa fazer parte das lutas do proletariado mundial e enfrentar o processo de assimilação do ex-Estado operário.

Os trabalhadores de todo o mundo devem enfrentar essa situação histórica globalmente com a força de nossa classe para destruir esse sistema capitalista que só pode garantir a superexploração e uma vida miserável. Ao mesmo tempo, devemos combater qualquer noção de conciliação de classes em nome de "frentes antifascistas" para conter uma suposta "extrema direita" que tende a defender a democracia burguesa por trás de variantes "progressistas" como Bernie Sanders, o *Parti de Gauche*, nos países imperialistas, ou em suas formas semicoloniais como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, o Partido dos Trabalhadores no Chile ou as coalizões peronistas na Argentina. As correntes trotskistas devem lutar pela independência de classe e não recriar, de forma degradada, a tática da Frente Única com partidos que não têm base na classe trabalhadora e dependem apenas de instituições burguesas.

Neste 1º de maio, reafirmamos nossa história como classe e levantamos firmemente as bandeiras da Comuna de Paris, da Revolução Russa, dos mártires de Chicago e dos líderes trabalhistas que morreram ou foram mortos confrontando este sistema. Portanto, 139 anos depois daquele Primeiro de Maio, quando a burguesia americana assassinou os mártires de Chicago, é crucial retomar o trabalho dos revolucionários na luta contra o capitalismo e suas instituições, espe-

cialmente os Estados-nação. Lutamos pela destruição do Estado burguês e nos baseamos na experiência da Revolução Russa e seu sistema soviético para continuar esse caminho de luta.

Para que o internacionalismo se desenvolva, a reconstrução da Quarta Internacional é primordial para fornecer uma liderança revolucionária a esse processo histórico, para regenerar uma vanguarda da classe trabalhadora que possa oferecer uma perspectiva marxista ao proletariado mundial. Acreditamos que, como primeiro passo nessa direção, devemos convocar uma conferência internacional das correntes trotskistas que ainda defendem a ditadura do proletariado para discutir as tarefas futuras diante da situação global.

- **Pela unidade internacionalista dos trabalhadores contra o imperialismo e suas políticas bélicas!**
- **Pela derrota do enclave israelense e pelo triunfo da resistência palestina!**
- **Viva a luta da classe trabalhadora mundial!
Viva a Quarta Internacional!**

TRQI  **TENDÊNCIA PELA
RECONSTRUÇÃO DA
QUARTA INTERNACIONAL**

